

Condução imprudente

AO PROCRASTINAR DECISÕES ATÉ O ÚLTIMO MOMENTO, GOVERNO AGRAVA O QUADRO DE INCERTEZA

Rogério L. Furquim Werneck*

É um dos piores defeitos que pode ter um mau motorista. Só desviar de obstáculos quando a colisão parece quase inevitável e dar ao passageiro a sensação desagradável de que, em qualquer cruzamento, só no último momento se saberá ao certo se a idéia é dobrar ou seguir em frente. É isso que vem à mente quando se observa como o governo vem lidando com decisões difíceis. Se envolvem a necessidade de contrariar interesses importantes, tendem a ser postergadas até a undécima hora. A recorrência dessa prática, não só tem sido fator de agravamento do quadro de incerteza em que já opera a economia, como tem amplificado em muito os custos políticos das decisões afinal tomadas.

A questão do reajuste do salário mínimo é emblemática. Houve requinte na procrastinação. Reuniões de última hora no Planalto, noite a dentro, sem que se chegasse a qualquer conclusão. Em meio ao interminável suspense, houve quem temesse um reajuste que viesse a marcar o início do abandono da austeridade fiscal. E houve também quem comemorasse antecipadamente a demonstração de inarredável sensibilidade social do governo. Quando a decisão foi afinal tomada, a frustração de expectativas foi de tal ordem que o governo se viu às voltas com uma pequena crise no Congresso, com rescaldo ainda um tanto problemático.

Outro exemplo recente é a celeuma em torno da tabela do imposto de renda. Nas últimas semanas, o governo insuflou, tanto quanto pôde, grande agitação em torno da questão. Fez promessas bombásticas, estabeleceu prazos para anúncios de impacto e deu espaço para que fosse ressuscitada a equivocada proposta de elevação para 35% da alíquota máxima do IRPF. Ao fim e ao cabo, tudo indica que, mais uma vez, a tabela não será corrigida. Para ter saído de onde saiu e ter chegado onde chegou – ao ponto de partida –, o governo poderia ter escolhido trajeto menos desastrado.

Se nessa questão mostrou-se hiperativo e acabou optando pela inação, em outras questões que estão a exigir definições, o governo se omite enquanto pode. É o caso, por exemplo, das restrições que terão de ser impostas a projetos de Parceria Público-Privada de iniciativa de Estados e municípios. Há governos subnacionais com boa situação fiscal e perfeitamente aptos a emitir garantias em projetos de PPP. Mas há outros que continuam enfrentando um quadro fiscal precário, com contas que ainda estão longe de poder ser enquadradas nos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não faz sentido que, nessas condições, possam emitir garantias e que tais garantias sejam aceitas por bancos oficiais em financiamentos de projetos de PPP.

Há alguns meses o governo chegou até a preocupar-se com a questão. Mas acabou tomando uma finta dos governadores na votação do projeto das PPPs na Câmara. A exigência de que compromissos assumidos em projetos desse tipo fossem compatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal foi eliminada na última hora. Desde então a questão vem sendo evitada. O governo talvez ache que possa ser enfrentada mais adiante, em momento mais propício. O problema, mais uma vez, é que a indefinição vai abrindo espaço para que se inflem as expectativas. Governadores e prefeitos andam eufóricos com a possibilidade de escapar de vez de suas dificuldades fiscais com a mágica das PPPs. Planos de governo e estratégias de sobrevivência eleitoral estão sendo montados em cima dessa idéia. É mais do que claro que a notícia de que a festa foi afinal cancelada não será muito bem recebida. E quanto mais tarde chegar pior. O governo pode se ver entre uma rebelião de governadores e a coonestação desmoralizante da abertura de enorme brecha no regime fiscal a que estão submetidos Estados e municípios. Empurrando com a barriga, vai agravando o tamanho do problema.

Um governo que tem sido fonte de incerteza por não conseguir definir com um mínimo de antecedência que decisão pretende tomar em cada cruzamento, tampouco ajuda quando anuncia que vislumbra pela frente cruzamentos de grande importância de cuja existência ninguém nem mesmo suspeitava. Tem havido certa inquietação desde que se noticiou que a Casa Civil anda defendendo um amplo pacto nacional para lidar com graves dificuldades que o País poderá ter de enfrentar, em decorrência de desdobramentos desfavoráveis do quadro externo. Como dificuldades dessas proporções ainda não podem ser vislumbradas com nitidez, pelo menos até onde a vista alcança, a sugestão adquiriu conotação de enigma, cuja chave, já se especula, poderia indicar o prenúncio de alterações importantes na política econômica no futuro próximo. Especialmente quando a própria Casa Civil tem também feito insistentes exortações à ousadia em decisões de governo. O mais provável é que por trás de tudo isso não haja mais do que vento. Hipótese que torna o caso um exemplo ainda mais lamentável de injustificável geração de incerteza pela cúpula do governo.

Se há lição importante que se pode extrair da penosa e acidentada experiência do País nos últimos 20 anos, é que a política econômica tende a ser tão mais eficaz quanto mais previsível seja. Que expectativas de mudanças bruscas, sobressaltos e surpresas devem ser evitados a todo custo. Com a economia em plena recuperação, inflação baixa e contas externas bem mais sólidas do que se imaginava possível há bem pouco tempo, o governo já tem o que mostrar. Mesmo levando em conta todas as qualificações que possam ser feitas, em meio à turbulência que vem sendo observada nos mercados financeiros, não é pouco. Já é hora do Planalto colocar ordem na casa e evitar que seu complexo processo decisório, arrastado, imprevisível e ruidoso, seja um fator adicional de desestabilização e agravamento de incerteza.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.